



CLAUDIO J.D. SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

Os impostos e a conta de luz

Desde o início do ano, R\$ 33 bi em impostos e subsídios foram embutidos nas contas de luz

Entre o dia 1º de janeiro de 2008 e a publicação deste artigo, os consumidores de eletricidade do Brasil terão pago — a União, estados e municípios — mais de R\$ 33 bilhões em impostos e subsídios embutidos nas nossas contas de luz. Este diagnóstico foi feito com base em estudo da PricewaterhouseCoopers que, olhando para toda a cadeia produtiva do setor elétrico (geração, transmissão, distribuição e comercialização), apurou o montante de impostos efetivamente recolhido pelas empresas e que, em última instância, foram arcados pelo consumidor de eletricidade.

Como se chega a esta montanha de dinheiro? Aplicando-se a estratégia “espalhar para disfarçar”: são mais de 20 rubricas de impostos endereçados aos mais diversos destinos, alguns louváveis, outros nem tanto, alguns transparentemente comunicados, outros nem tanto. São coisas do tipo: PIS/PASEP, COFINS, ICMS, IRPJ, CSLL, ITR, IPVA, ISS, FGTS, IPTU, CCC, CDE, CFURH, TFSEE, RGR etc.

O que isso significa em termos práticos? Significa que a carga tributária média no setor elétrico brasileiro é de 45,36%. Ou que, de cada R\$ 2 pagos na conta, R\$ 1 vai para gerar, transmitir e distribuir toda a energia fornecida para 97% da população brasileira. E que a outra metade não tem nada a ver com energia: vai para os cofres públicos.

Para efeito de comparação, enquanto no Brasil o consumidor tem de arcar com uma carga tributária média de 45,36%, países como Portugal, Grécia e Austrália têm cargas tributárias sobre a conta de luz inferiores a 10%. Outra maneira de ver nossa desvantagem comparativa: um consumidor brasileiro com uma conta de eletricidade de R\$ 100 paga R\$ 54 de energia e R\$ 46 de impostos. Se esse mesmo consumidor estivesse no México (cuja carga tributária na conta de luz é de 13%), para consumir exatamente a mesma quantidade de energia ele pagaria uma conta de R\$ 65. Uma economia mensal de R\$ 35 que poderia ser usada para outros fins.

O fato é que a conta de luz vem sendo gradualmente utilizada por governos e grupos de pressão como um efficientíssimo veículo de arrecadação de recursos. Por que esse fenômeno se consolidou ao longo dos anos?

Em primeiro lugar porque o setor elétrico é livre de evasão fiscal, o que o torna alvo preferido dos fiscos: as empresas recolhem seus impostos com base nas contas faturadas. Mesmo que a conta não seja paga pelo consumidor, a empresa que emitiu a conta recolhe o imposto nela embutido.

Em segundo lugar porque, como é arrecadado de milhões de pessoas, e via dezenas de rubricas diferentes, o processo de “empilhamento” ao longo do tempo foi suave. Hoje com mais de 20 tipos de impostos implícitos ou explícitos (como os chamados “encargos setoriais”), o setor elétrico era mantido com um imposto único na década de 50.

Se não bastasse a análise histórica do que já aconteceu, basta fazer uma pesquisa rápida nos projetos de lei em estudo no Congresso Nacional para perceber que, para o futuro, a tendência é de que mais “impostinhos” sejam embutidos na conta de luz, usando o conveniente discurso do “não vai pesar quase nada quando dividido por todos”.

Foi com base neste oportunismo que chegamos ao desastre que é hoje a carga tributária no setor elétrico nacional. Olhando para esse quadro de pressões constantes (e muito bem organizadas), o nível de prontidão da sociedade para qualquer ameaça de aumento ou criação de imposto deve ser alto para que a única resposta para essas pressões seja um alto e claro “basta!”.

Quem tiver a curiosidade de acompanhar, segundo a segundo, a arrecadação de impostos no setor elétrico, basta acessar www.acendebrasil.com.br e clicar na seção “Impostômetro do Setor Elétrico”.

Esta ferramenta tem o objetivo de oferecer à sociedade um mecanismo para aumentar a transparência sobre o volume e o destino dos recursos arrecadados na conta de luz. E é só um primeiro passo em direção ao objetivo maior de redução desta carga tributária injusta e ineficiente que pesa sobre a competitividade da nossa economia e sobre a renda da nossa população.

Título	Os impostos e a conta de luz
Veículo	DCI
Data	18 Set 2008
Autor	Claudio J. D. Sales

Entre o dia 1º de janeiro de 2008 e a publicação deste artigo, os consumidores de eletricidade do Brasil terão pago -a União, estados e municípios- mais de R\$ 33 bilhões em impostos e subsídios embutidos nas nossas contas de luz. Este diagnóstico foi feito com base em estudo da PricewaterhouseCoopers que, olhando para toda a cadeia produtiva do setor elétrico (geração, transmissão, distribuição e comercialização), apurou o montante de impostos efetivamente recolhido pelas empresas e que, em última instância, foram arcados pelo consumidor de eletricidade.

Como se chega a esta montanha de dinheiro? Aplicando-se a estratégia "espalhar para disfarçar": são mais de 20 rubricas de impostos endereçados aos mais diversos destinos, alguns louváveis, outros nem tanto, alguns transparentemente comunicados, outros nem tanto. São coisas do tipo: PIS/PASEP, COFINS, ICMS, IRPJ, CSLL, ITR, IPVA, ISS, FGTS, IPTU, CCC, CDE, CFURH, TFSEE, RGR etc.

O que isso significa em termos práticos? Significa que a carga tributária média no setor elétrico brasileiro é de 45,36%. Ou que, de cada R\$ 2 pagos na conta, R\$ 1 vai para gerar, transmitir e distribuir toda a energia fornecida para 97% da população brasileira. E que a outra metade não tem nada a ver com energia: vai para os cofres públicos.

Para efeito de comparação, enquanto no Brasil o consumidor tem de arcar com uma carga tributária média de 45,36%, países como Portugal, Grécia e Austrália têm cargas tributárias sobre a conta de luz inferiores a 10%. Outra maneira de ver nossa desvantagem comparativa: um consumidor brasileiro com uma conta de eletricidade de R\$ 100 paga R\$ 54 de energia e R\$ 46 de impostos. Se esse mesmo consumidor estivesse no México (cuja carga tributária na conta de luz é de 13%), para consumir exatamente a mesma quantidade de energia ele pagaria uma conta de R\$ 65. Uma economia mensal de R\$ 35 que poderia ser usada para outros fins.

O fato é que a conta de luz vem sendo gradualmente utilizada por governos e grupos de pressão como um eficientíssimo veículo de arrecadação de recursos. Por que esse fenômeno se consolidou ao longo dos anos?

Em primeiro lugar porque o setor elétrico é livre de evasão fiscal, o que o torna alvo preferido dos fiscos: as empresas recolhem seus impostos com base nas contas faturadas. Mesmo que a conta não seja paga pelo consumidor, a empresa que emitiu a conta recolhe o imposto nela embutido.

Em segundo lugar porque, como é arrecadado de milhões de pessoas, e via dezenas de rubricas diferentes, o processo de "empilhamento" ao longo do tempo foi suave. Hoje com mais de 20 tipos de impostos implícitos ou explícitos (como os chamados "encargos setoriais"), o setor elétrico era mantido com um imposto único na década de 50.

Se não bastasse a análise histórica do que já aconteceu, basta fazer uma pesquisa rápida nos projetos de lei em estudo no Congresso Nacional para perceber que, para o futuro, a tendência é de que mais "impostinhos" sejam embutidos na conta de luz, usando o conveniente discurso do "não vai pesar quase nada quando dividido por todos".

Foi com base neste oportunismo que chegamos ao desastre que é hoje a carga tributária no setor elétrico nacional. Olhando para esse quadro de pressões constantes (e muito bem organizadas), o nível de prontidão da sociedade para qualquer ameaça de aumento ou criação de imposto deve ser alto para que a única resposta para essas pressões seja um alto e claro "basta!".

Quem tiver a curiosidade de acompanhar, segundo a segundo, a arrecadação de impostos no setor elétrico, basta acessar www.acendebrasil.com.br e clicar na seção "Impostômetro do Setor Elétrico".

Esta ferramenta tem o objetivo de oferecer à sociedade um mecanismo para aumentar a transparência sobre o volume e o destino dos recursos arrecadados na conta de luz. E é só um primeiro passo em direção ao objetivo maior de redução desta carga tributária injusta e ineficiente que pesa sobre a competitividade da nossa economia e sobre a renda da nossa população.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil